

## DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E OS FATORES DE RISCO EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MEIO RURAL

Jacqueline Müllich Fensterseifer, Julia Gabriela Aranda, Leni Dias Weigelt, Luiza Pessi Rossetti, Pedro Henrique Ferreira de Menezes, Suzane Beatriz Frantz Krug  
Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil  
[lenid@unisc.br](mailto:lenid@unisc.br)

**Introdução:** As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCTN) consideradas como problema de saúde pública no Brasil e no mundo, apresentam início gradual, de origem não infecciosa com duração longa ou incerta por múltiplas causas. Os fatores de risco podem estar associados a deficiências e incapacidades funcionais. Por conseguinte, as pessoas com deficiência (PcDs) possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, ao confrontar-se com barreiras podem apresentar dificuldades em participar na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme consta na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de Nº 13.146. As DCTNs associadas às deficiências aumentam os riscos à vida das pessoas. **Objetivos:** Para dar visibilidade às pessoas com deficiências, residentes em municípios rurais, o presente estudo teve por objetivo identificar os fatores de risco e as doenças crônicas que acometem essa população. **Metodologia:** Este trabalho foi organizado a partir de resultados atinentes aos fatores de risco e as doenças crônicas não transmissíveis, oriundos de uma pesquisa quantitativa, intitulada “Pessoas com deficiência e suas famílias em contexto rural: os itinerários terapêuticos e as políticas públicas” em andamento pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (GEPS-UNISC). O estudo tem suporte teórico na Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. A base geográfica para a investigação é a Região 28 da Saúde do Rio Grande do Sul. Como critérios de inclusão do estudo optou-se pelas condições populacionais dos municípios, os quais deveriam apresentar população rural maior que 70%, o que constitui um campo empírico de seis municípios. Esses seis municípios têm uma população de 37.333 habitantes, sendo 31.483 habitantes na área rural e 5.849 habitantes na área urbana (IBGE, 2010). **Resultados:** Participaram do estudo, 42 PcDs, 28 homens e 14 mulheres com idades entre 22 e 78 anos, sendo que destes, oito têm idade superior a 60 anos. A maioria destas pessoas têm o ensino fundamental incompleto; possuem deficiência intelectual (16), física adquirida (16), visual (dois), auditiva congênita (um), física congênita (dois) e deficiências múltiplas (cinco). Sendo que 14 possuem doenças crônicas, como cardiovasculares, hipertensão arterial, diabetes, respiratórias e depressão. O uso de medicamentos foi mencionado por 30 PcDs. Como o estudo foi desenvolvido em uma região rural, com predomínio de atividades agrícolas, as pessoas estão expostas a riscos à saúde, devido a acidentes com equipamentos e produtos agrotóxicos utilizados na lavoura, além das alterações climáticas. O isolamento social, acrescido a dificuldade de acesso aos serviços de saúde podem ocasionar problemas físicos e mentais. **Considerações finais:** Destaca-se a magnitude e a prioridade desta temática na agenda pública, promovendo debates e divulgando estudos sobre as doenças crônicas, o que fortalece as ações para redução da morbimortalidade por estas causas.

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência. Zona rural. Doenças crônicas.